

Carla Gago

O papel dos intelectuais e o campo literário actual em Portugal. Uma conversa com João Barrento

Para quem conheça o meio português, João Barrento dispensa quaisquer apresentações. É actualmente uma das vozes mais interessantes em Portugal, que se evidenciou inicialmente pelo trabalho de divulgação da Literatura e Cultura alemãs (de salientar a notabilíssima tradução da obra completa de Goethe), numa época em que Portugal se queria autista. Professor universitário na Universidade Nova de Lisboa, tradutor, crítico literário com especial afecto pela poesia portuguesa contemporânea, e, *last but not least*, ensaísta. O prémio de ensaio da Associação Portuguesa de Escritores (APE) chegou merecidamente em 1996 com *A Palavra Transversal*. Seguiram-se-lhe *Uma Seta no Coração do Dia* (crónicas) e *Umbrais, o pequeno livro dos prefácios* (cuja recensão está igualmente incluída neste número da *Iberoamericana*).

Esta entrevista foi consequência natural de agradáveis horas em Rostock, após outros encontros felizes em Lisboa, por ocasião da estada nesta cidade hanseática de João Barrento, que amavelmente aceitou o convite do Instituto Camões para efectuar um seminário compacto de uma semana no Instituto de Românicas em Junho de 2001 sobre a forma do conto na Novíssima Literatura Portuguesa.

C.G.: Depois do papel activo no pós-25 Abril, que lugar é que ocupa o intelectual na sociedade portuguesa de hoje, uma sociedade embriagada no consumismo

após a integração de Portugal na actual União Europeia?

J.B.: No pós-25 de Abril a intervenção dos chamados intelectuais era natural e inevitável. Antes, havia uma resistência clandestina organizada e outra menos organizada e não tão clandestina, que na maior parte era feita pelos intelectuais. Houve naqueles anos do salazarismo formas mais ou menos subtis de resistência, por parte de intelectuais, escritores, jornalistas e outros, e que depois, com a revolução, passou para formas diversas de activismo político. Aí aparecem os partidos e os intelectuais têm, de alguma maneira, ligações aos partidos que aparecem. A maior parte deles, na primeira fase da revolução, em formações de esquerda, porque a direita salazarista e conservadora foi mais ou menos silenciada nos primeiros anos a seguir ao 25 de Abril. Ninguém ousava manifestar posições conservadoras ou de direita. Aí os intelectuais tinham uma certa função a preencher, o que era natural.

C.G.: Onde é que se situavam aí os grupos dos católicos progressistas?

J.B.: Antes de 74 havia formas de resistência organizada, que passavam pela clandestinidade do Partido Comunista, pelos chamados católicos progressistas nos últimos anos do regime, e até pelas próprias organizações da igreja que tinham núcleos de resistência interna. Não sendo de resistência, o núcleo católico-progressista defendia, no entanto, já uma liberalização de um regime dentro do próprio regime. Alguns social-democratas, por exemplo, de onde saiu, nos últimos anos antes da revolução, um jornal como o *Expresso*, que era na altura um núcleo de social-democratas de oposição. Para além disso, há o caso dos intelectuais em geral, que representavam uma forma de resistência menos organizada e mais dispersa, mas com uma certa tradição desde

sempre. Desde os neo-realistas que, através da literatura, desenvolvem formas de oposição, até alguns movimentos embrionários, como, por exemplo, as “Notícias do Bloqueio”, que aparecem no Porto (com ligações a Coimbra), e que constituíram um núcleo de poesia empenhada e de resistência, com o Egito Gonçalves ou o Joaquim Namorado, da revista *Vértice* em Coimbra. Há núcleos literários, muitas vezes ligados também a partidos (quase sempre ao Partido Comunista), mas as formas de resistência são diversas. Por parte dos escritores eram formas de resistência, naturalmente, literária.

C.G.: Como eram vistos os intelectuais que emigraram por uma resistência na clandestinidade e como se caracterizava esta resistência?

J.B.: A resistência, no caso português, era sobretudo uma resistência politicamente organizada. Desde muito cedo que há uma resistência do Partido Comunista na clandestinidade, pois muitos ficaram no país. Os que eram presos e saíam outra vez, continuavam. Mas há também a resistência organizada a partir da emigração, melhor dizendo, do exílio, porque os núcleos da emigração começam a aparecer primeiro com menos gente. No início, eram só algumas figuras do Partido Comunista, e mais tarde do Partido Socialista fundado por Mário Soares na Alemanha. Os que tiveram de emigrar mas depois, com a guerra colonial, eram muitos mais. Houve muita gente que emigrou depois de 61 precisamente por razões que se prendiam com a guerra colonial, e para não ir para África. Isso gerou núcleos vários. Em Paris havia um grupo grande, havia outros na Alemanha, em Heidelberg, em Lovaina e noutros sítios. A partir de 61 começa a haver núcleos que desenvolvem uma certa actividade e que não deixam de estar ligados àquilo que se fazia em Portugal. Do ponto de vista da

intelectualidade literária, a resistência fazia-se de formas diversas. No jornalismo, fazendo passar coisas que a censura normalmente não deixava passar. Havia estratégias para as fazer passar a nível da Imprensa. Na literatura desenvolve-se (como também na RDA aconteceu, na imprensa e também no teatro) uma “linguagem de escravos”, linguagem escondida, metafórica, que o leitor atento e interessado entendia e que passava muitas vezes as malhas da censura.

C.G.: Enquanto nos anos 60 e 70 um meio como a televisão fomentava a imagem do intelectual com algum papel pedagógico, como Vitorino Nemésio e outros, as figuras que existem hoje não têm visibilidade nesse meio.

J.B.: Na televisão, neste momento, não há espaço, porque ela vive de modos de entretenimento que são formas de cultura que se chocam abertamente com qualquer coisa que tenha a ver com a problematização, com o pensar das questões. Isso faz-se noutros lugares. Aí, os intelectuais (que, aliás, já não se vêem como tal!) têm as suas tribunas. Não têm o reconhecimento público, não têm a aceitação pública que tiveram noutras fases, não se lhes atribui ou reconhece qualquer papel de consciência crítica da nação. Houve, na Alemanha como em Portugal, fases em que certos escritores funcionaram como a consciência crítica da nação. O caso mais evidente foi o do Heinrich Böll, que era um escritor católico, em muitos aspectos conservador que teve na época de Adenauer esse papel de consciência crítica. No caso português, um intelectual como António Sérgio serviu também de modelo a mais do que uma geração de republicanos.

C.G.: Mas Böll também foi muito criticado, sofreu muito por ser exactamente a consciência crítica da Alemanha...

J.B.: Há o contraponto de o acusarem de ser simpatizante de grupos radicais de

esquerda. Que no caso dele era absurdo. No nosso caso os intelectuais têm hoje alguns nichos, sobretudo nos jornais, que não são de resistência, mas de intervenção parcial e dirigida. Aí é o único sítio onde ainda há um tipo de figura que pode corresponder um pouco ao intelectual em certas fases de maior reconhecimento público, e que são os cronistas de alguns jornais, como o *Expresso*, o *Público*, o *Diário de Notícias*. Pessoas como o Vasco Graço Moura, Eduardo Prado Coelho, Pacheco Pereira, Miguel de Sousa Tavares, que são jornalistas, políticos, escritores, têm intervenção semanal e regular e pronunciam-se sobre o que vai acontecendo e às vezes desenvolvem uma certa polémica à volta de temas de interesse geral. A população que lê jornais não é muito grande (não tem comparação com a televisão), o grande espaço público é de facto aquele que é criado pela televisão. O espaço público que o jornal cria é muito mais limitado. Aí há intervenção, mas às vezes passam-se semanas e essa intervenção, ou é o comentário político (hoje de repercussão mais limitada, ou sectorial), ou então uma tendência que cada vez mais se instalou, que é a polarização à volta de questões menores, a fulanização das questões, que é feita a outro nível. Há talvez um caso de um intelectual que teve ainda restos do papel dos grandes intelectuais do pós-guerra com mais intervenção política, como o Sartre, que foi o caso do Eduardo Lourenço. Em certas fases o Eduardo Lourenço era visto como uma voz reconhecida, que intervinha.

C.G.: O Eduardo Lourenço nunca foi um êxito de vendas...

J.B.: Não são os leitores que se podem comparar aos espectadores de qualquer programa de televisão. Aí há uma distância enorme. Por um lado, uma desconfiança em relação à actividade do pensar e à sua finalidade. Por outro, houve um des-

locamento para áreas mais específicas em que os intelectuais intervêm, conforme as suas especialidades. Mesmo a situação do próprio poder, que em regimes totalitários se servia muito dos intelectuais, que eram ideólogos de partidos, se alterou. Os partidos não têm ideólogos, os regimes não têm ideólogos: a ideologia morreu, morrem os ideólogos.

C.G.: Mesmo nos portugueses que depois do 25 de Abril esperavam do intelectual um apoio na actividade de pensar, uma regeneração do pensar, neste momento o que acontece é essa atitude de desconfiança.

J.B.: Já nem é desconfiança, é desinteresse absoluto. O português médio de hoje não tem acesso a quase mais nada a não ser o que lhe chega por via da televisão ou o que lhe oferece o grande centro comercial ou outras zonas de consumo. Esse português não pode desenvolver a consciência da necessidade de qualquer outra coisa porque as suas necessidades aparentes estão cobertas pelo entretenimento e pelo consumo. Até se vê isso em certas áreas como o cinema, por exemplo. Antes do 25 de Abril havia um espaço importantíssimo de resistência, de convívio, de discussão e de acesso a coisas que cá fora não se podiam ver: os cineclubes. O cineclubes era um grande núcleo de resistência no salazarismo. Hoje a americanização do cinema invadiu tudo. As preferências das pessoas não vão para um cineasta turco que faz um filme excepcional, ou para o cinema francês que às vezes faz coisas diferentes, ou para um dinamarquês que faz um filme chamado *Europa*. As salas enchem-se com outras coisas, parece não haver condições para criar no público necessidades para além do consumo e do entretenimento.

C.G.: O problema é o que é que se lê em Portugal. Os que lêem, que livros é que lêem? Num país onde a classe média

trabalha muitas horas, as pessoas preferem ler algo sem muitas exigências, que não peça muito esforço.

J.B.: Ou então lê-se aquilo que é útil para uma determinada actividade profissional. As estatísticas são um pouco enganadoras, quando dizem que um terço de portugueses lê livros. Nesses, é preciso diferenciar. Se parte dos entrevistados forem estudantes, os livros que os estudantes lêem são ainda aqueles livros que têm de ler, mas já entram nas estatísticas. Um empresário lê se calhar três ou quatro livros durante o ano, que são alguns daqueles que lhe interessam para a sua actividade; e depois há uma certa camada que lê outras coisas e um pouco mais ao longo do ano. Mas isso é um pouco ilusório. Acho que em Portugal se lê cada vez menos, apesar de haver cada vez mais editoras e mais papel impresso, livros, jornais e revistas.

C.G.: Isso tem que ver com a questão da classe média, os leitores que já existiam têm mais poder económico e asseguram exactamente esse mercado, ou seja, o mercado do livro vive desse núcleo que já existia só que agora compra mais.

J.B.: É verdade. Mas também tem que ver com o volume das tiragens, que são pequenas. Tiragens que chegam a ser apenas de 500 ou 600 exemplares. É tudo muito relativo.

C.G.: Relativamente à literatura portuguesa, que tendências é que se podem constatar? Enquanto a poesia parece estar a viver uma fase de estagnação, no romance parece haver algumas vozes inovadoras.

J.B.: A poesia tem ainda quatro ou cinco dos chamados grandes nomes vivos, que pertencem a uma geração mais velha. Nalguns casos já publicam pouco. Alguns quase nada, como é o caso da Sophia [de Mello Breyner Andresen] e do Herberto Helder que só já reorganizam coisas antigas. Até o Eugénio de Andrade, que antigamente

publicava muito, agora está a publicar muito menos. A poesia tem um público, de facto, e tem editoras para editar os poetas. Surgem cada vez mais poetas, mas não me parece, de há uma meia dúzia de anos para cá, que haja grandes novidades no campo da poesia. A poesia está à espera de qualquer viragem, não há grandes mudanças. Está numa fase fraca, débil, no sentido de ser muito uma poesia melancólica, nostálgica, uma poesia que olha muito para o seu umbigo. O romance teve um surto forte, sobretudo nos anos 80 e sobretudo com as mulheres. É um fenómeno que se pode facilmente constatar hoje. É nessa altura que aparecem nomes novos da geração da Lídia Jorge, ou continuam a aparecer alguns romances de algumas mulheres que já tinham publicado antes. Foi a geração da Teolinda [Gersão], da Lídia Jorge, da Hélia Correia, etc. Há uma geração de mulheres que irrompe com uma força enorme nessa altura e leva tudo à frente. Deixa para trás ou suplanta em número e também um pouco em qualidade, nalguns casos, o romance escrito por homens. Até aos anos 70 quase não há grandes romances de mulheres. Havia a Agustina [Bessa-Luís], havia dois romances da Maria Velho da Costa e pouco mais. As mulheres não tinham muita presença no romance, tinham muito mais na poesia. Agora inverteu-se a situação. Neste momento quase não há mulheres a escrever poesia. São quase só nomes masculinos os que aparecem.

C.G.: Na última década são, no entanto, as vozes masculinas que parecem estar mais presentes no romance.

J.B.: Nos novíssimos há realmente alguns nomes masculinos. Há o caso do Paulo José Miranda, Pedro Paixão, Jacinto Lucas Pires, José Riço Direitinho, José Luís Peixoto, etc. O romance talvez tenha um espectro mais diversificado. Depois, há outros géneros que nunca tiveram muito tradição entre nós, como é o caso do

teatro. Apesar de tudo, hoje volta-se a editar teatro. O teatro nunca se editou muito a não ser quando era proibido representar as peças. Aí eram lidas. Nos anos 60 há imenso teatro publicado só que não se podia ver nada no palco. Houve um período de 20 anos ou mais em que não havia praticamente teatro publicado, os autores portugueses praticamente não escreviam. Hoje já voltam a escrever para o teatro. Já há uma nova geração de autores que escrevem para o teatro, quase sempre para logo serem representadas as peças.

C.G.: Isso não tem a ver com uma certa política cultural actual, tal como com as peças encomendadas?

J.B.: Há encomendas, há os subsídios aos grupos de teatro, que por sua vez encomendam peças, há grupos que se constituem e que escrevem, os encenadores escrevem as suas próprias peças. Há um autor-encenador, o Carlos Pessoa, que faz isso desde o princípio. É alguém extremamente inventivo, escreve peças de teatro meio surrealistas, faz peças longuíssimas de horas e horas e é ele que escreve os textos todos. Depois há autores a escrever para o teatro e há edição de teatro, que é coisa que não havia antes. O teatro está numa fase bastante viva, apesar dos problemas de que as pessoas do meio se queixam. Os grandes grupos contra os pequenos grupos, os que são mais subvencionados a tentarem garantir os subsídios e os outros a protestar. Faz-se também teatro fora dos grandes centros, em Coimbra, em Braga, em Abrantes, em Portalegre, em Évora (aqui, já com alguma tradição), e isto dá esta nova situação de descentralização. Há uma cultura teatral de província hoje, que era algo que não existia praticamente no salazarismo, a não ser as sociedades recreativas das terras pequenas onde se representavam umas coisas amadoras. Hoje há uma cultura teatral na província com companhias interessantes.

C.G.: E um género como o ensaio? Parece-me que só com o Eduardo Lourenço é que houve uma revitalização da forma, começando-se a dar alguma importância ao ensaio.

J.B.: O ensaio tem um problema que é o problema da definição de fronteiras, de género, e em Portugal há uma tendência que não contribui nada para clarificar as coisas, e que é classificar de ensaio tudo o que seja prosa de não ficção, o que dá uma grande confusão. Quando o Eduardo Lourenço começa a escrever, revitaliza um género com regras próprias e como forma própria, que corresponde a uma forma de pensamento livre que não tem que ver com a investigação, o trabalho académico, a crítica, que são dirigidas noutros sentidos e têm um estilo muito marcado. O ensaio é uma forma mais livre, é uma forma aberta. Pode-se escrever ensaios sobre qualquer tema. O ensaísta abre-se a uma série de problemáticas ou de temas possíveis e cria um género muito próprio. Nós temos alguma tradição: no séc. XIX e XX, o Oliveira Martins, o António Sérgio, que é o grande modelo do ensaísmo português, mas muito diferente do ensaísmo actual, por demasiado pedagógico, com um fundo didáctico sempre muito presente. O ensaísmo, tal como Eduardo Lourenço o entende, é um ensaísmo em que essa dimensão está quase ausente, é deixar o pensamento fluir livremente, e não tem muitos representantes. Há o caso do [Boaventura] Sousa Santos que é um sociólogo que escreve ensaios. É um homem da ciência que escreve livros que podem ser lidos como ensaios. Com uma boa fundamentação teórica em relação às matérias de que ele trata, mas que são formas de escrita livre, com alguma originalidade literária, sobre uma matéria que, no caso dele, é a Sociologia.

C.G.: No seu caso, vê-se nessa linha ou tem que ver com uma tradição alemã?

J.B.: A certa altura comecei a sentir necessidade de escrever de uma maneira em que aquilo que se diz e o modo como se diz não se distingam. Ou seja, há uma tentativa de articular as duas coisas, pois só posso comunicar, fazer passar determinadas ideias de uma determinada maneira. É a questão da matéria e do estilo, isso é próprio do ensaio.

C.G.: O tentar fugir à cientificidade tal como é entendido na comunidade científica?

J.B.: O ensaio não é necessariamente menos rigoroso do que um estudo dito científico, mas não tem pretensões de cientificidade. Usa um estilo vadio, é um género vadio, de deambulação do pensamento, deixa-se correr o pensamento sem o esforço de sistematização do estudo científico. É precisamente nos países que mais facilmente aceitam formas de escrita livres como o ensaio que o intelectual teve um papel mais importante através da via da escrita, por exemplo no caso francês ou no italiano. Ou, um pouco ainda, o nosso.

C.G.: Os Estudos Culturais fazem em Portugal todo o sentido. Até que ponto é que se encontram difundidos?

J.B.: As temáticas de congressos da área literária e outras ultimamente vão quase sempre dar aí. Não há muito tempo, mas já há meia dúzia de anos que é assim de facto. Houve uma inflação de “culturalismo”. O último congresso da nossa Associação de Literatura Comparada que foi um congresso internacional em Évora, estava praticamente quase todo orientado nesse sentido, com temáticas que percorriam vários campos. Já no anterior, que organizámos em Lisboa em 1998, só uma das secções é que tinha uma temática ligeiramente diferente, ligada à Expo (O mar na literatura). O congresso chamava-se *Literatura e Pluridade Cultural* e grande parte das intervenções vinham dos Estudos Culturais, das orientações que estão aí hoje

presentes. Isso já é um facto. Há entretanto também muitas teses neste domínio. Há também uma claríssima viragem nas universidades. Havia, tradicionalmente, uma predominância dos Estudos Literários e das cadeiras de Literatura. Hoje há uma presença e um interesse muitíssimo forte pelos estudos culturais em geral. O renascimento da Antropologia contemporânea teve uma importância decisiva para este surto dos estudos culturais. No nosso caso também. E não só existe cada vez mais não só o interesse, como também se escreve muito. O último número de uma revista da Universidade Nova como a *Revista de Comunicação e Linguagens* é dedicado à questão do cultural e ao significado da cultura hoje. A maior parte dos contributos vão cair aí e uma boa parte deles é de autores de proveniência não europeia e não americana também. Nós já fomos apanhados. Um pouco mais tarde talvez, mas a moda pegou. Como outras, aliás. Em Portugal, nestes últimos vinte anos, deu-se um processo que nós nunca conhecemos antes, foi um processo de abertura tal que ainda estamos a digerir a situação, que ainda é um pouco caótica, de transição. Todo o século xx até 1974 foi um século do fechamento. Estivemos virados sempre para dentro, e de repente, depois daquele período instável, depois da revolução, as coisas começam a estabilizar e há uma abertura em todos os sentidos: não só consumimos produtos do mundo inteiro, como temos acesso a tudo, viajamos, recebemos com igual rapidez as tendências que aparecem aqui ou ali, como noutra lugar qualquer, e agora cada vez mais. Pela *internet* temos acesso a tudo. O mundo universitário português neste momento está em ebulição. Sente-se isso. As pessoas circulam pelo mundo e há também uma circulação interna de ideias e uma abertura enorme.

C.G.: O número de revistas e o número de projectos que existe é enorme.

J.B.: É o resultado desta fase em que tudo isso começou a ser possível. Há mais meios do que havia, em termos de apoios, financiamentos. Nascem e crescem esses projectos. Revistas há imensas: literárias, científicas, especializadas, abertas a várias áreas, mistas e híbridas, cada vez mais, que é uma tendência muito actual, a não definição de fronteiras. Tenho estado a dar atenção a isso porque me interessa. Penso brevemente fazer uma sessão do “Ouvindo a escrita”, uma iniciativa do PEN Clube, com algumas pessoas dessas novas revistas, que são imensas. Só nos últimos quatro anos já contabilizei umas duas dúzias de revistas, em papel e *on-line*. Mas creio que a situação não é muito diferente do que se passa no resto do mundo.

C.G.: Uma perspectiva muito optimista.

J.B.: Socialmente falando, antes pelo contrário! Mas no campo científico e cultural, sim. Há um dinamismo, uma abertura maior. E estamos a falar das Ciências Humanas. Se formos para outras áreas, ainda é mais. A investigação no campo das Ciências Exactas, das Ciências Naturais, tem fenómenos interessantíssimos e gente muito boa, que às vezes está em Portugal, outras vezes fora. Não há, é ainda, oportunidade para fazer investigação de ponta, como se faz nos países ricos. Mas temos gente interessante e uma atmosfera hoje, sobretudo a nível universitário, que é completamente diferente do mofo que dominou durante muito tempo.

Rostock, 13 de Junho de 2001

Carla Gago é leitora de Língua e Cultura Portuguesa do Instituto Camões em Rostock. Após ter estudado Línguas e Literaturas Modernas e Literatura Comparada nas Universidades Nova de Lisboa, Humboldt Universität e Freie Universität Berlin, dedica-se actualmente à investigação nas áreas do Modernismo português e da literatura contemporânea portuguesa.

Comité Universitario Europeo por Colombia

Ante el continuado deterioro de la situación colombiana, el Comité Universitario por Colombia, que se propone contribuir a la formación de la opinión pública acerca de la situación colombiana y buscar una participación más firme de los gobiernos europeos y de la Unión Europea con políticas a favor de una salida negociada al conflicto, reunido en París el 19 y 20 de marzo en presencia de varios representantes de las instituciones europeas, hace el siguiente pronunciamiento:

1. El drama colombiano

A lo largo de la segunda mitad del siglo xx, Colombia se caracterizó por la continuidad de sus instituciones democráticas y por una cierta estabilidad política. Paralelamente, la debilidad histórica del Estado, el recurso permanente al Estado de sitio, la intensidad de la violencia política, la fuerte concentración del poder en manos de una clase política tradicional y excluyente, la permanencia de las desigualdades y de las injusticias sociales han sido factores negativos del desarrollo político.

En este contexto, la combinación a lo largo de los años 80 de la expansión del narcotráfico y el desarrollo del activismo de los grupos armados ilegales condujeron al país a una situación sin precedentes en la cual la violación de los derechos del humanos y el recurso a violencias brutales terminaron por imponerse.

2. Un proceso de paz ilusorio

El “proceso de paz” iniciado por el presidente Pastrana en 1998 no permitió